



Continuação Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais

A tabela a seguir apresenta a abertura dos instrumentos financeiros:

Table with columns: Ativos financeiros, Passivos financeiros, Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Clientes, Fornecedores, etc.

1. Estoques: Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o de custo médio de aquisição. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. (Nota Explicativa nº 7). e. Depósitos judiciais: Estão classificados na conta de depósitos judiciais os depósitos feitos em juízo relativo a reclamações cíveis, trabalhistas e tributárias. Os depósitos estão avaliados ao seu valor líquido de realização (Nota Explicativa nº 20). f. Investimentos: A Companhia possui a participação de 100% na Tower Brasil Petróleo Ltda., que tem como atividade principal a distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo e biocombustíveis, obtendo, assim, o seu controle total. A Tower, por sua vez, possui controle integral da Web Participações S/A, holding constituída em 2005, porém sem qualquer movimentação nos últimos anos. Controladas são as entidades na qual a controladora, diretamente ou por meio de outra controlada, tem poder para assegurar, de forma permanente, preponderância em suas deliberações sociais e de eleger a maioria de seus administradores. A Companhia possui ainda participação de 13,46% na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis, e é considerada uma Coligada. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle. O investimento em coligada é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é reconhecido pelo seu valor de custo (Nota Explicativa nº 12). A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua controlada e de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado. Quando a participação da Companhia nas perdas da coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e sua Controlada ou Coligada são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. Se a participação societária na Controlada ou Coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado. A Companhia participa, ainda, da UNIAERO - Cooperativa dos Usuários de Aeronaves em Regime de Propriedade Compartilhada, este investimento é avaliado pelo custo pelo fato de a Companhia não possuir influência significativa sobre a UNIAERO, considerando a mesma, como um instrumento financeiro. g. Imobilizado: Os móveis, utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo de aquisição, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear no resultado, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final de cada ano quando da elaboração do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente (Nota Explicativa nº 13). Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo, e são reconhecidos no resultado. h. Intangível: Representado por ativos intangíveis adquiridos separadamente, os quais são registrados ao custo de aquisição e deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, quando aplicável. Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como direito de exploração com prazos mencionados em contratos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados, que levam em consideração sua vida útil, que é revisada anualmente. A amortização é reconhecida no resultado (Nota Explicativa nº 14). i. Impairment de ativos não financeiros: Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. j. Valor recuperável de ativos não financeiros: Foi efetuada análise sobre a capacidade de recuperação dos valores registrados no imobilizado e no intangível, com o objetivo de verificar a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. k. Imposto de renda e contribuição social: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos (Nota Explicativa nº 27). Tributos correntes: Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. A provisão para imposto de renda é calculada e contabilizada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social é calculada e contabilizada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ambos ajustados conforme normas fiscais estabelecidas para as empresas

cuja apuração tem como base o Lucro Real. Tributos diferidos: O imposto de renda e contribuição social diferidos ("tributos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias existentes no final de cada período. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis futuros, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizados pela Administração. l. Outros ativos e passivos: Outros ativos são reconhecidos somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando é provável que ocorra, nos próximos 12 meses, sua realização ou liquidação. Caso contrário, ou quando requerido por pronunciamento específico, são demonstrados como não circulantes. m. Contas a pagar aos fornecedores: As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 15). n. Empréstimos e financiamentos: Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros (Nota Explicativa nº 17). o. Capital social: As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos (Nota Explicativa nº 22). p. Reconhecimento da receita: As receitas do Grupo são reconhecidas com base nas normas estabelecidas no Pronunciamento Técnico CPC 47, à medida que a entidade satisfazer à obrigação de desempenho e realizar a transferência de controle dos produtos vendidos. O Grupo considera que cumpre as obrigações de desempenho no momento que a entrega física dos ativos, transferindo o controle para o cliente. A receita de vendas é apresentada líquida de impostos, devoluções e descontos. A receita de prestação de serviços de armazenagem é reconhecida em função da prestação do serviço ou de acordo com as cláusulas contratuais. q. Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). r. Benefícios a empregados: Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias e 13º salário), benefícios tais como plano de saúde, vale refeição, vale alimentação, programa de participação nos lucros ou resultados entre outros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos. s. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuem valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que a sua não existência, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os valores são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (Nota Explicativa nº 20). t. Arredondamento de valores: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária.

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas: As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023: • Alteração ao IAS 1/CPC 26 (R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: alteração do termo "políticas contábeis significativas" para "políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações materiais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil; • Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual; • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais; • Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro: em dezembro de 2021, a Organização de

Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) divulgou as regras do modelo Pilar Dois, objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada "GloBE effective tax rate" ou alíquota efetiva GLOBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação: As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para o Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras: São considerados caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os saldos das contas de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras compreendem:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Bancos, Aplicações Financeiras de Curto Prazo, Aplicações Financeiras de Longo Prazo, Total Caixa e Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras.

6. Clientes: A composição dos saldos a receber de clientes é demonstrada a seguir:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Clientes Nacionais, Provisão p/Créditos de Liquidação Duvidosa, Ajuste a Valor Presente, Total de Clientes, Circulante, Não Circulante.

7. Estoques: Os estoques são compostos de combustíveis para revenda, como gasolina, diesel e etanol, e insumos que são produtos que fazem parte da composição final dos combustíveis. Abaixo, a demonstração dos estoques:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Combustíveis para Revenda e Insumos, Combustíveis p/Revenda e Insumos em Trânsito, Total.

8. Adiantamentos: O saldo da conta Adiantamentos é apresentado da seguinte forma:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Adiantamentos a Fornecedores, Adiantamentos de Viagem, Adiantamentos a Funcionários, Total de Adiantamentos.

9. Impostos a recuperar: O saldo de Impostos a Recuperar é composto, substancialmente, por créditos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), do Programa de Integração Social (PIS) e demais tributos retidos na fonte. Este saldo é composto pelos seguintes valores:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include ICMS, PIS/COFINS, IRRF/IRPJ/CSLL/INSS, Total Circulante, ICMS, PIS/COFINS, Total Não Circulante, Total de Impostos a Recuperar.

10. Outros créditos: A composição do saldo de Outros Créditos é a seguinte:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Despesas a Apropriar, Venda de Imobilizado, Conta Gráfica Incorporação Megapetro, Reembolso PIS COFINS e ICMS ref. LC 194, Licença de Uso da Marca "RodOil", Aluguéis a Receber, Outras Contas a Receber de Clientes, Outros Créditos, Total de Outros Créditos, Circulante, Não Circulante.

11. Contratos com clientes: A movimentação de Contratos com Clientes é apresentada da seguinte forma:

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Saldo Inicial, Adições, Baixas, Amortizações, Saldo Final.

12. Investimentos: A Companhia possui participação de 13,46% (9,55% em 2022) na UNIBRASPE - Brasileira de Petróleo S.A., que tem como atividade principal a armazenagem de combustíveis. Esse investimento está avaliado pelo método da equivalência patrimonial com base nas suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023.

13. Imobilizado: A composição do imobilizado é a seguinte:

Table with columns: Equipamentos de Comunicação, Equipamentos de Informática, Equipamentos de Segurança, Imóveis Terreno, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios, Prédios e Benfeitorias, Veículos, Máquinas e Equipamentos em Comodato, Imobilizado em Andamento, Bombas e Tanques, Total. Rows include Taxas anuais de depreciação, Saldo em 31/12/2021, Adições, Baixas, Transferências, Depreciação, Saldo em 31/12/2022, Adições, Baixas, Transferências, Depreciação, Saldo em 31/12/2023.

O imobilizado em andamento refere-se, substancialmente, à modernização de postos de serviços.

14. Intangível: A composição do intangível é a seguinte:

Table with columns: Fundo de Comércio, Direitos de Exploração, Marcas e Patentes, Software, Outros, Intangível em Andamento, Mega GoodWill, Mega Marca Mais Valia, Mega Clientes Mais Valia, Total. Rows include Taxas anuais de Amortização, Saldo em 31/12/2021, Adições, Venda/Baixa, Transferências, Amortização, Saldo em 31/12/2022, Adições, Venda/Baixa, Transferências, Amortização, Saldo em 31/12/2023.

A Companhia realizou o teste de recuperabilidade do ágio e confirmou que não há necessidade de constituição de impairment ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais.

15. Fornecedores: O saldo de fornecedores é o demonstrado abaixo e é composto, principalmente, de faturas a pagar pela aquisição de derivados de petróleo e biocombustíveis.

Table with columns: Controladora, Consolidado, 2023, 2022. Rows include Mercadorias Internas, Total.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Exercícios findos em 31 de Dezembro - Em milhares de Reais

16. Obrigações sociais e fiscais: A composição de obrigações sociais e fiscais é a seguinte: Obrigações Sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a Recolher, Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a Recolher, Salários a Pagar, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a Recolher, Provisões Trabalhistas, Outras Obrigações Sociais.

17. Empréstimos e financiamentos: A Companhia tem captado recursos com a finalidade de capital de giro e investimentos para o crescimento de sua rede Bandeirada e clientes 2B (business-to-business). Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, esses empréstimos e financiamentos estavam apresentados pelos valores originais da seguinte forma:

18. Arrendamentos: O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos: Ativos de Direito de Uso, Imóveis, Caminhões, (-) Amortização.

19. Outras obrigações: A composição de outras obrigações é a seguinte: Provisão Créditos de Descarbonização, Contas a Pagar Aquil, Tower Brasil Petróleo Ltda, Provisões Diversas, Provisão Estoque em Trânsito, Conta Gráfica Incorporação Megapetro, Uso Compartilhado de Ativo, Receita Diferida, IR e CS Dif. - Aquil, Tower Brasil Petróleo Ltda, Fundo de Comércio e Direito de Exploração, Outras Obrigações.

20. Provisões para riscos e contingências e depósitos judiciais: O Grupo é parte em processos judiciais perante tribunais e órgãos governamentais oriundos do curso normal das operações, os quais envolvem questões cíveis, trabalhistas e tributárias. A perda estimada foi provisionada no passivo não circulante, com base na opinião de seus assessores jurídicos para os casos em que a perda é considerada provável.

21. Transações com partes relacionadas: As operações com partes relacionadas referem-se à UNIBRASPE e à Tower e são operações realizadas em termos e condições de mercado. Contas a pagar de partes relacionadas vencem dentro do mês subsequente à data da venda de produto e da prestação do serviço.

22. Patrimônio líquido: (a) Capital social: O capital social de R\$ 64.459 está dividido em 14.900.886 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. (b) Reserva legal: Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é destinada para reserva legal 5% do lucro líquido anual até o limite de 20% do capital social realizado ou poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder 30% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

Obrigações Fiscais: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a Recolher, Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social s/o Lucro Líq. (CSLL) a Recolher, Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a Recolher, Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), Outras Obrigações Fiscais.

(c) Reserva de retenção de lucros: Conforme previsto na Lei das Sociedades por ações, é destinada para apropriação de lucros obtidos no exercício, mediante deliberação do Conselho de Administração. (d) Dividendos: Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, um dividendo mínimo anual de 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. (e) Lucro por ação: O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

23. Receita líquida de vendas: As receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e mercadorias vendidas aos clientes e são reconhecidas à medida em que há a transferência de controle dos produtos e mercadorias. A receita líquida é composta como segue:

24. Custo das mercadorias vendidas, despesas administrativas e despesas de vendas: O custo das mercadorias vendidas, as despesas administrativas e as despesas de vendas são compostos como segue:

25. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas:

26. Resultado financeiro: Receitas Financeiras, Rendimentos com Aplicações Financeiras, Correção Monetária Ativa, Juros Recebidos, Variação Cambial Ativa, Descontos Obtidos, Outras Receitas Financeiras, Despesas Financeiras, Juros de Empréstimos e Financiamentos, Juros AVP Leasing, Descontos Concedidos, Despesas Bancárias, Variação Cambial Passiva, Outras Despesas Financeiras.

Resultado Financeiro Líquido

27. Imposto de renda e contribuição social: Reconciliação do imposto de renda e contribuição social: A Companhia adota o sistema de tributação pelo lucro real trimestral, fazendo recolhimentos a cada encerramento de trimestre.

28. Imposto de renda e contribuição social diferidos: Os saldos de Imposto de renda e contribuição social diferidos estão compostos da seguinte forma:

29. Cobertura de seguros: A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição de ativos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia tem a seguinte posição contratada de apólices de seguros, com vigência até 2024:

30. Gerenciamento de risco financeiro: A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de liquidez, Risco de mercado, Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro).

(i) Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e de outros créditos. Exposição a riscos de crédito: Todos os montantes incluídos referem-se ao mercado doméstico, não havendo contas a receber no mercado externo (Notas Explicativas 5 e 6). O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período foi:

(ii) Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

(iii) Risco de mercado: Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de juros, impactem os ganhos da Companhia ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições aos riscos, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As dívidas em moeda nacional estão sujeitas principalmente a taxas de juros variáveis. O perfil dos principais instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

Instrumentos de Taxa Variável: Aplicações Financeiras, Empréstimos e Financiamentos.

Instrumentos de Taxa Fixa: Empréstimos e Financiamentos.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que potencialmente aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam as receitas financeiras relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora, continuamente, as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(iv) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro): Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia realiza para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento ligados a passivos originados em suas operações de acordo com os padrões de mercado.

Total dos Empréstimos e Financiamentos, Caixa e Equivalentes de Caixa, Dívida Líquida (A), Total do Patrimônio Líquido (B), Relação Dívida Líquida sobre Patrimônio Líquido (A/B).

ROBERTO TONIETTO - Diretor Presidente, LUCIANO DEMICHELLI - Vice-Presidente de Operações, MARLEY DE BRITO ALMEIDA - Diretor Financeiro, ROBERTA BRANDÃO COIMBRA - Contadora - CRC/RS 71.620-O

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Rodoil Distribuidora de Combustíveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Porque é um PAA Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria Reconhecimento de receitas (Nota 3(p) e Nota 23): As receitas da Companhia são oriundas da distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, bem como o transporte e comércio varejista de gás liquefeito de petróleo (GLP). No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia reconheceu receitas operacionais no montante de R\$ 5.626.804 mil (R\$ 6.524.354 no consolidado). Devido à relevância do assunto, entendemos que o processo de reconhecimento de receitas de vendas de produtos e mercadorias da Companhia é um dos principais assuntos de nossa auditoria. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento e avaliação sobre o processo e adequação das políticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas para o reconhecimento de receita. Adicionalmente, efe-

tuamos análise da reconciliação dos relatórios de faturamento para o período de janeiro a dezembro de 2023 com o saldo contábil de receita reconhecida nas demonstrações financeiras. Também realizamos testes documentais, em base amostral sobre a existência de receita e se o momento do reconhecimento está no exercício social correto. Avaliamos a apresentação dos saldos nas demonstrações financeiras e as divulgações incluídas nas notas explicativas. Como resultado da aplicação dos nossos procedimentos, consideramos que as políticas contábeis adotadas pela administração estão consistentes com as informações divulgadas nas notas explicativas.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, indepen-

dentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 19 de março de 2024. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-6 Rafael Biedermann Mariente - Contador CRC 1SP24337/O-0

